

DESIGUALDADES DE GÊNERO NO MERCADO DE TRABALHO: MUDANÇAS DA ÚLTIMA DÉCADA

Moema de Castro Guedes¹

Resumo: O mercado de trabalho se configurou historicamente como um lócus fundamental de análise de gênero por explicitar as relações de poder que se articulam e reforçam assimetrias em outros campos da vida social. Apesar de tratar-se de um cenário em mudança os constrangimentos (ainda) distintos entre homens e mulheres evidenciam tensões da clássica dualidade entre produção e reprodução. Nesse sentido, o presente trabalho pretende discutir alguns conceitos tradicionalmente utilizados pela literatura de gênero e mercado de trabalho de modo a pensar as configurações que emergem a partir da última década. Para tanto, foi estruturada uma análise sistemática de diversos indicadores de homens e mulheres no mercado de trabalho brasileiro a partir de cruzamentos de dados do Censo Demográfico de 2010 do IBGE. O quadro traçado permite tanto delinear as desigualdades entre a mão-de-obra feminina e masculina quanto pensar a própria dinâmica de heterogeneização das trabalhadoras mulheres. Os achados da pesquisa apontam que houve continuidade nas seguintes tendências já consolidadas. A segmentação do emprego feminino diminuiu e a questão do acesso aos melhores salários permanece sendo a mais problemática pois o topo da pirâmide salarial continua majoritariamente masculino.

Palavras-chave: Relações de gênero. Mercado de trabalho. Desigualdades.

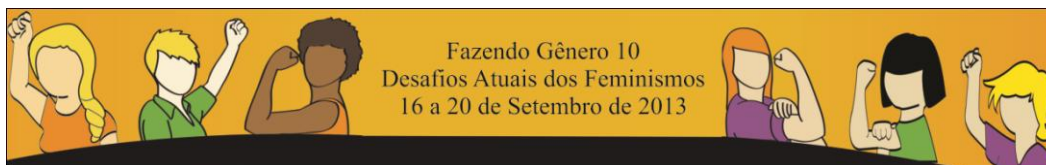
A heterogeneização da mão-de-obra feminina

Nas últimas décadas foi marcante no cenário brasileiro o crescente processo de diferenciação interna no contingente de trabalhadoras mulheres. A clara tendência de diversificação nos tipos de ocupações femininas fez com que cada vez mais as análises de gênero neste campo se centrassem em grupos específicos. Isso reflete a percepção de que as dinâmicas em questão não poderiam ser compreendidas a partir de perspectivas generalizantes, que enxergassem as mulheres como um grupo homogêneo no mercado de trabalho.

Por um lado isso representou um ganho analítico pois permitiu a sofisticação de análises sobre a evolução das desigualdades entre homens e mulheres através da comparação de grupos semelhantes, ou seja, comparáveis entre si. Por outro lado, no entanto, o olhar segmentado perde de vista as diferenciações entre mulheres e os processos sociais que se produzem a partir disso.

Hirata (2010) destaca um processo recente de bipolarização do emprego feminino. Segundo a autora, são concomitantes a expansão do contingente de trabalhadoras executivas e com nível universitário (postos mais valorizados do mercado) e a tendência de manutenção de um grande percentual de mulheres assalariadas em setores tradicionalmente femininos como as empregadas domésticas e trabalhadoras da saúde e educação. A principal consequência política desta

¹ Professora e Pesquisadora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Seropédica(RJ), Brasil.

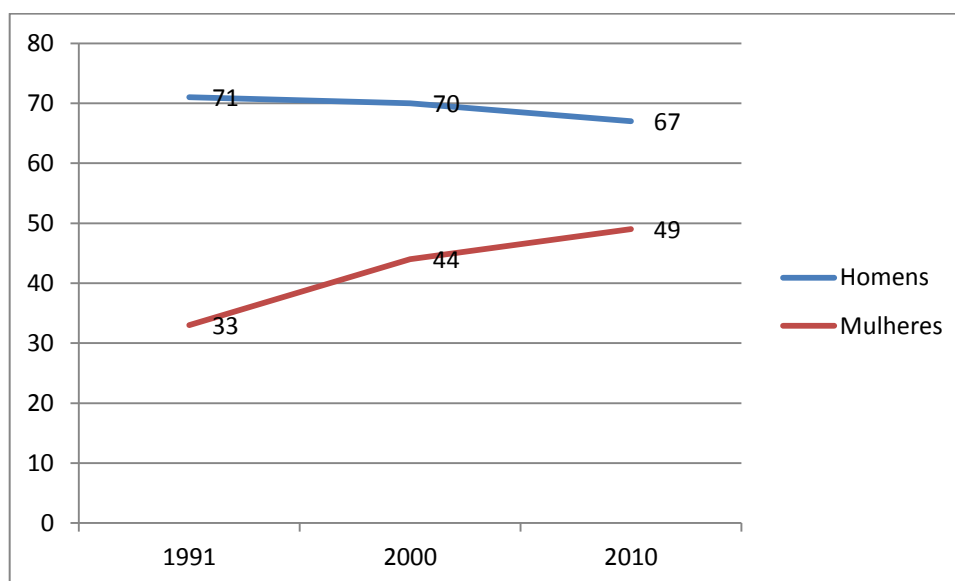


bipolarização, ainda na perspectiva da autora, seria o aumento das desigualdades sociais e do antagonismo no interior do grupo social das mulheres.

O presente trabalho pretende dialogar com ambas as perspectivas no sentido tanto de resgatar os principais elementos de diferenciação interna da mão-de-obra feminina quanto pensar as desigualdades de gênero que ainda constangem as mulheres no mundo do trabalho e fazem com que os melhores postos sejam ocupados majoritariamente por homens. Para tanto, do ponto de vista metodológico, trabalhamos com diversas variáveis do Censo Demográfico de 2010 do IBGE.

Uma primeira dimensão fundamental a ser abordada é a própria taxa de participação² feminina no mercado de trabalho que evidencia uma tendência continuada de aumento na última década. Mesmo quando tratada de forma agregada, a mão-de-obra feminina continua apresentando crescimento neste patamar de inserção laboral. O gráfico 1 a seguir ilustra esta tendência e mostra que no mesmo período o padrão masculino é distinto, o que não chega a surpreender pois trata-se de um patamar de participação no mercado de trabalho bastante superior ao feminino.

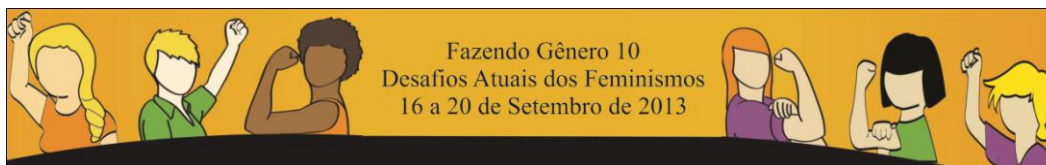
Gráfico 1. Taxa de participação laboral de homens e mulheres (Brasil: 1991, 2000 e 2010)



Fonte: Censo Demográfico do IBGE (1991, 2000, 2010). Elaboração própria.

Podemos observar que enquanto a taxa feminina continua crescendo a masculina tem ligeira queda na última década. A primeira tem um aumento de cerca de 10% enquanto a segunda tem uma

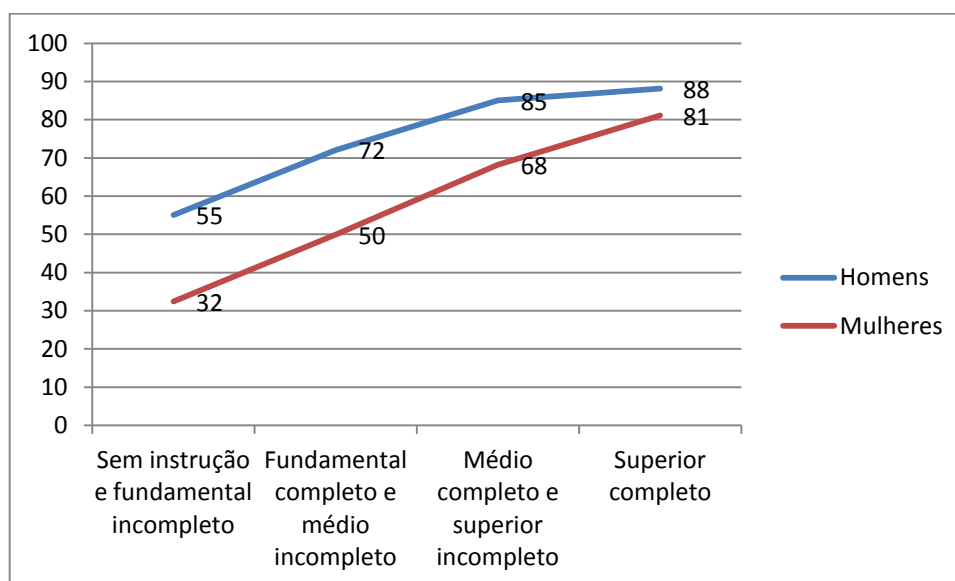
² A taxa é calculada através da divisão da população economicamente ativa (ocupados somados com desempregados) e a população em idade ativa.



queda de cerca de 5%. Apesar deste avanço, cabe destacar o patamar ainda muito distanciado entre homens e mulheres quando os dados são analisados de forma agregada.

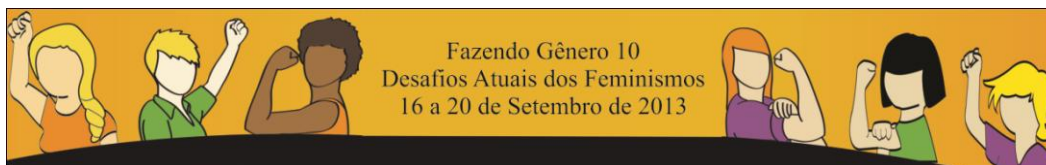
O intenso processo de escolarização feminina se destaca como dimensão que resulta em diversos padrões de inserção laboral das mulheres. Como veremos a partir de algumas variáveis analisadas a seguir, o fato de estudar mais se relaciona à maior participação no mercado de trabalho, jornadas de horas semanais trabalhadas mais longas e maiores salários. Em linhas gerais podemos afirmar que a clássica divisão sexual do trabalho é relativizada entre mulheres que estudaram mais. Além disso, a escolarização se consolidou historicamente como um importante vetor que ampliou o leque de escolhas femininas para além dos planos relativos ao casamento e filhos. As próprias taxas de fecundidade são consideravelmente mais baixas entre as mulheres mais escolarizadas (Therborn, 2006). O gráfico 2 a seguir demonstra o padrão bastante diferenciado de participação feminina a partir do recorte educacional.

Gráfico 2 - Taxa de participação laboral de homens e mulheres segundo último curso concluído (Brasil:2010)



Fonte: Censo Demográfico do IBGE (2010). Elaboração própria.

Como diversos estudos anteriores já demonstraram, a relação entre maior escolaridade e participação no mercado de trabalho é direta para as mulheres (Soares, 2002; Bruschini, 2007). A diferença entre as mulheres que cursaram uma graduação e aquelas sem instrução ou fundamental incompleto chega a ser mais que o dobro. No caso dos homens esta relação também existe mas não



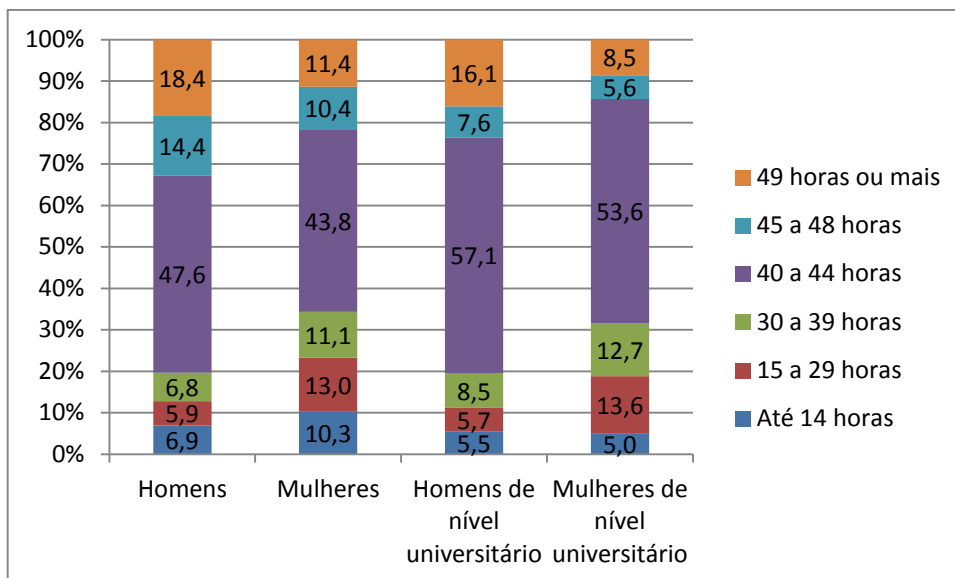
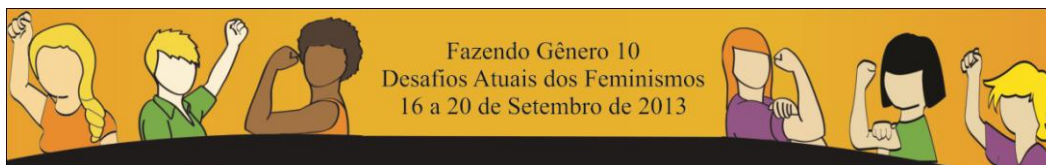
de forma tão direta (a participação nos dois patamares mais altos de escolarização é bastante próxima).

Comparando estes recortes com os mesmos analisados no ano 2000 em trabalho anterior (Guedes e Alves, 2004) constatamos que os maiores avanços aconteceram nos níveis educacionais mais baixos, o que não surpreende já que as mulheres de nível universitário já apresentavam uma taxa de participação muito elevada. Particularmente neste segmento houve inclusive uma pequena queda de 84,6% em 2000 para 81% em 2010. No mesmo período este segmento masculino também apresentou queda de 92,1% para 88%.

Destacamos também a aproximação nos patamares de participação laboral entre homens e mulheres conforme aumenta o nível educacional. Enquanto entre os trabalhadores do segmento menos escolarizado o diferencial fica em 23% no grupo com nível universitário a distancia entre os sexos é de apenas 7%. Isso reflete uma divisão sexual do trabalho que penaliza as mulheres de camadas mais pobres da população pois enquanto as trabalhadoras mais escolarizadas costumam ter recursos para arcar com creches ou serviços de cuidado de terceiros (o que as libera para o mercado de trabalho), as menos escolarizadas dependem da oferta pública destes serviços para conseguirem trabalhar. Como nem sempre esta oferta atende às grandes demandas da população mais pobre é frequente a opção das mulheres pertencentes a este segmento por abandonar o mercado de trabalho particularmente quando se tem filhos pequenos.

Outra variável através da qual ficam evidentes os padrões diferenciados de inserção das mulheres no mercado de trabalho é a jornada semanal de trabalho. O gráfico 3 a seguir mostra a distribuição relativa desta variável na população em geral e na população de nível universitário.

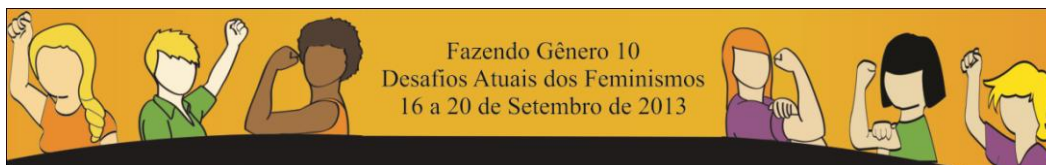
Gráfico 3 - Distribuição relativa da população de homens e mulheres segundo a jornada de trabalho semanal (Brasil -2010)



Fonte: Censo Demográfico do IBGE (2010). Elaboração própria.

Na população de trabalhadores em geral constatamos uma concentração tanto de homens (47,6%) quanto de mulheres (43,8%) no grupo de 40 a 44 horas semanais de trabalho. Apesar da chamada jornada em tempo integral (8 horas por dia em média) ser o padrão para ambos os sexos vemos que o peso relativo da população feminina nas categorias de 15 a 29 e 30 a 39 horas é bem maior que o masculino. Somando estas duas categorias chegamos a 24,1% da força de trabalho feminina que trabalha em tempo parcial. Esse tipo de jornada resulta em salários mais baixos mas permite uma melhor conciliação entre o tempo gasto com o trabalho voltado para o mercado e os trabalhos domésticos. Em linhas gerais podemos afirmar que o alto peso relativo destas categoria reflete uma divisão do trabalho ainda desigual, com homens trabalhando mais no mercado e mulheres trabalhando menos no mercado mas dedicando muito mais tempo às tarefas domésticas que os homens. D'eddecca(2004) mostra que o tempo total de trabalho feminino, quando somamos as duas jornadas, é bem maior que o masculino. Diante disso, os constangimentos que este tipo de trabalho voltado para a reprodução social geram para o desempenho feminino no mercado são evidentes.

Os trabalhadores homens, por outro lado, encontram-se mais concentrados nos grupos superiores de horas semais trabalhadas. O fato de 32,8% do contingente masculino trabalhar igual ou mais de 45 horas semanais revela um quadro de exploração e escasso tempo seja para o lazer, seja para o compartilhamento das tarefas domésticas com suas companheiras mulheres. Evidentemente a estrutura do mercado de trabalho não responde sozinha pelo quadro desigual nos usos do tempo. A representação socialmente aceita de que o provimento é papel masculino e o



cuidado é tarefa feminina se reflete nesta divisão em que a maioria das mulheres trabalham fora mas ainda investem menos tempo neste campo que é um lócus fundamental de poder.

A comparação entre trabalhadores em geral e aqueles que possuem nível universitário, independentemente do sexo, ressalta questões importantes. Em primeiro lugar a concentração dos(as) trabalhadores(as) mais escolarizados no grupo que trabalha de 40 a 44 horas semanais é maior. Isso revela uma dinâmica mais formalizada, na qual as jornadas não ultrapassam o estipulado por lei tão frequentemente quanto na população mais ampla. O peso relativo dos grupos que trabalham mais de 44 horas semanais é mais baixo tanto para homens quanto para mulheres. É interessante notar, no entanto, que o contingente masculino (16,1%) que trabalha mais de 49 horas semanais é quase o dobro do feminino (8,5%). Ou seja, mesmo neste segmento mais eletizado ainda observamos um padrão de maior tempo gasto no trabalho voltado para o mercado no caso dos trabalhadores homens.

Ao analisarmos a evolução assistida na última década apenas no grupo de trabalhadores com nível universitário vemos que houve uma manutenção, em linhas gerais, das distribuições relativas das categorias em questão. A única mudança um pouco mais expressiva é o aumento do peso relativo dos trabalhadores *part time*³. Enquanto no Censo Demográfico de 2000 este grupo (que representa a soma das categorias até 14 horas, 15 a 29 horas e 30 a 39 horas) abarca apenas 15% dos trabalhadores homens em 2010 alcança cerca de 20% deste contingente.

O dado mais relevante nas distribuições relativas analisadas é o fato de existirem diferenças muito mais marcantes no que tange a escolaridade do trabalhador que em relação ao seu sexo. Por um lado isso se reflete no fato das mulheres de nível universitário estarem mais próximas dos homens de nível universitário que das mulheres em geral. Por outro lado é interessante perceber que a distancia observada entre homens em geral e homens de nível universitário obedece a um padrão muito semelhante ao das mulheres em geral quando comparadas com as mulheres de nível universitário. Apesar dos patamares sempre mais concentradas nos grupos de menos horas trabalhadas por semana a experiência cotidiana das mulheres de nível universitário em termos de investimento de tempo no mercado de trabalho é mais próxima ao dos homens de mesma escolaridade que das mulheres menos escolarizadas.

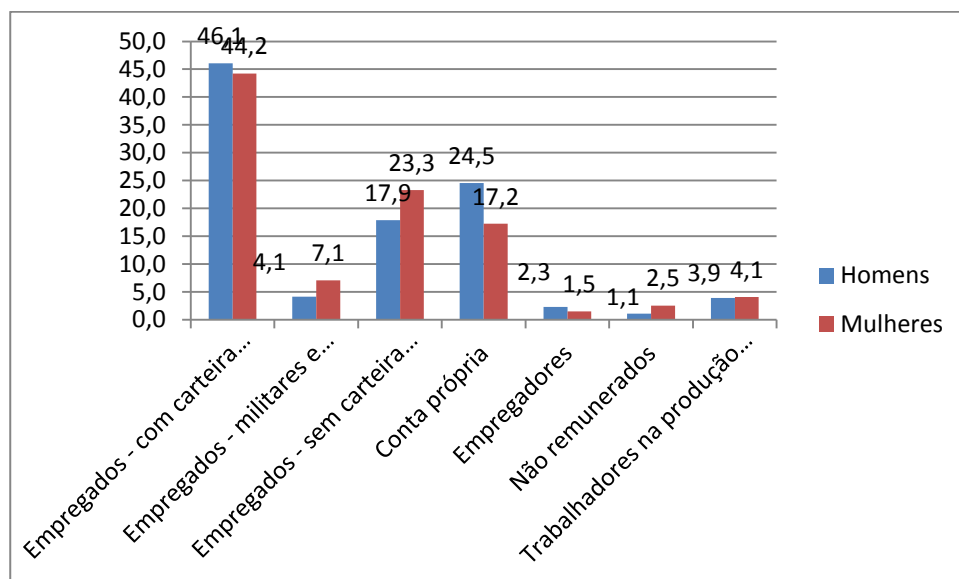
Desigualdades de gênero no mercado de trabalho: um cenário em movimento?

³ O termo designa aqueles trabalhadores que não se dedicam ao trabalho voltado ao mercado em tempo integral, desempenhando suas tarefas remuneradas em menos de 40 horas semanais ou 8 horas diárias em média.

Apesar dos intensos avanços das mulheres no mercado de trabalho brasileiro, constatados a partir da análise de diversas variáveis, em alguns campos as estagnações são evidentes. Este é o caso da presença feminina em postos de comando/ poder decisório, ou seja, os empregos mais valorizados e bem remunerados que continuam sendo majoritariamente masculinos. Neste tópico vamos discutir algumas variáveis que refletem os processos em questão.

Uma primeira variável fundamental que reflete o lugar menos privilegiado das mulheres é a *posição na ocupação*. O gráfico 4 a seguir mostra as distribuições relativas de homens e mulheres neste quisito.

Gráfico 4 – Distribuição relativa dos trabalhadores por sexo segundo a posição na ocupação (Brasil – 2010)



Fonte: Censo Demográfico do IBGE (2010). Elaboração própria.

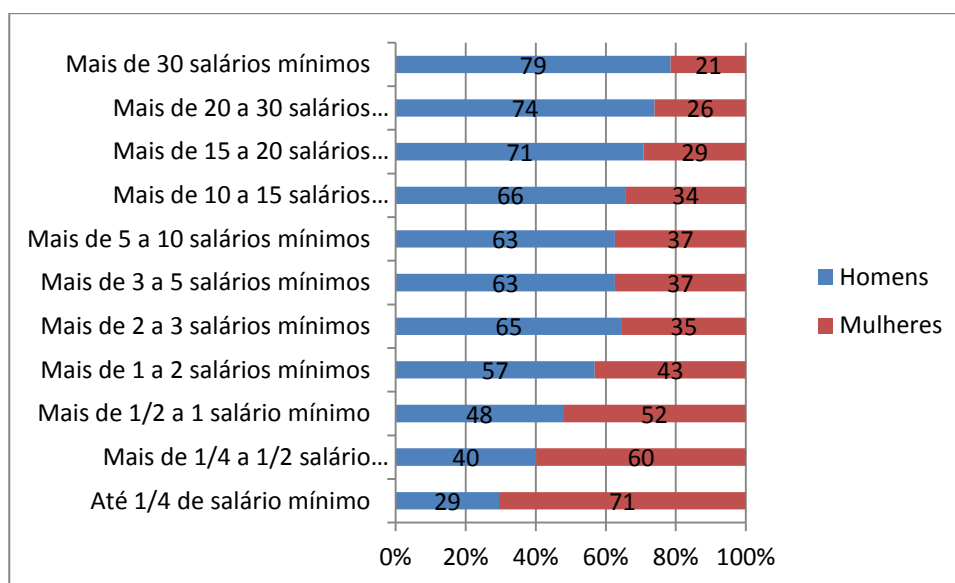
Ao confrontar-mos o peso relativo de cada categoria no grupo de homens e mulheres distinções importantes aparecem. Em primeiro lugar o patamar próximo da categoria *empregados com carteira de trabalho assinada* mostra que os recentes avanços do país no sentido de formalizar os vínculos empregatícios beneficiaram os trabalhadores como um todo⁴. Por outro lado, a maior concentração das mulheres nas categoria menos valorizadas *empregados sem carteira de trabalho assinada; não remunerados e trabalhadores na produção para o próprio consumo* evidenciam o fato da inserção feminina continuar sendo mais vulnerabilizada. De forma contrária as categorias

⁴ O dado relativo à *condição de contribuição dos trabalhadores à previdência oficial no trabalho principal* revela que no Censo de 2010 60,5% dos homens contribuem e 60,3% das mulheres o fazem.

conta-própria e *empregadores* assume maior peso relativo no contingente de trabalhadores homens. No entanto, é interessante notar o maior peso feminino na categoria *empregados militares e funcionários públicos estatutários*, bastante valorizada em função da estabilidade que o emprego público representa. Este segmento possivelmente representa o grupo de mulheres mais escolarizado que visa este tipo de posto de trabalho em detrimento de vagas na iniciativa privada por possibilitarem uma estabilidade importante para aquelas que pretendem ter filhos.

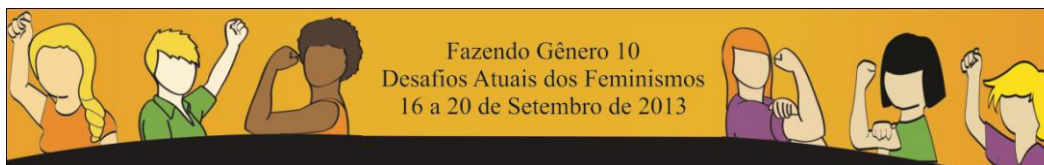
A dimensão que materializa os grandes *gaps* existentes entre homens e mulheres no mercado de trabalho são os diferenciais salariais que evoluem lentamente ao longo do tempo (Guedes, 2010). O gráfico 5 a seguir mostra as distribuições relativas entre estratos de salários mínimos para a população masculina e feminina.

Gráfico 5 – Distribuição relativa da população por rendimentos em salários mínimos e segundo sexo (Brasil-2010)



Fonte: Censo Demográfico do IBGE (2010). Elaboração própria.

O gráfico 5 acima ilustra a manutenção das mulheres concentradas nos estratos mais mal remunerados. Apesar de representarem um contingente menor que o masculino, razão pela qual tendem a ser minoria em todos os estratos, as mulheres tem seu peso relativo mais alto apenas nos estratos mais mal remunerados. Em linhas gerais vemos que o peso dos homens cresce conforme aumenta o estrato de rendimento. Enquanto as mulheres são maioria nos dois mais baixos (até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo e mais de $\frac{1}{4}$ a $\frac{1}{2}$ de salário mínimo) o estrato mais elevado (*mais de 30 salários*



mínimos) chega a apresentar uma proporção de cerca de 4 homens para cada mulher. Apesar do baixo peso relativo da população que ganha mais de 30 salários mínimos (menos de 0,5% tanto no caso do contingente masculino quanto no contingente feminino), destacamos a representação simbólica deste grupo por tratar-se de trabalhadores que estão no topo da pirâmide salarial e a intensa disputa por estes cargos que ofereceram salários bastante acima da média nacional mesmo quando nos referimos apenas à população mais escolarizada do país.

Para melhor visualizar a distribuição de renda da população agregamos os estratos de rendimentos com os quais o IBGE trabalha em três grandes grupos que espelhariam a camada mais pobre da população (até 5 Salários Mínimos); uma camada média (5 a 15 Salários Mínimos) e uma camada mais alta (acima de 15 Salários Mínimos). A Tabela 1 a seguir ilustra as distribuições destes rendimentos agregados entre homens e mulheres.

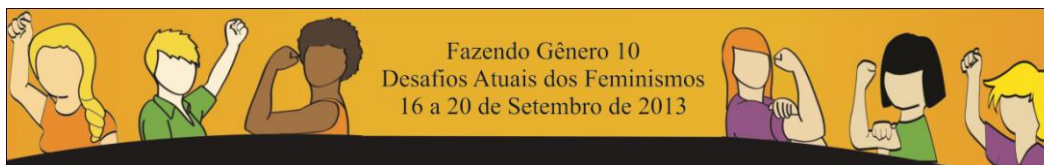
Tabela 1 - Distribuição relativa da população por sexo e segundo rendimento nominal mensal (Brasil - 2010)

	<u>Homens</u>	<u>Mulheres</u>
Até 5 Salários Mínimos	89,1	92,3
5 a 15 Salários Mínimos	7,9	5,3
Mais de 15 Salários Mínimos	2,9	2,4

Fonte: Censo Demográfico do IBGE (2010). Elaboração própria.

Os dados demonstram que quando comparamos as distribuições internas do grupo de trabalhadores homens e mulheres o padrão é parecido, com maior concentração masculina nos segmentos médio e alto. No entanto, o fato de 2,4% das mulheres se encontrarem neste segmento mais valorizado reflete a expansão de um contingente expressivo de mulheres com mais alta escolaridade que vem se destacando na disputa pelos postos mais valorizados do mercado de trabalho brasileiro. Esse quadro sugere um pequeno avanço no período recente.

As desigualdades salariais encontradas refletem sobretudo a segmentação das mulheres em ocupações tipicamente femininas que são marcadas por salários inferiores mesmo quando



comparamos trabalhadores com a mesma escolaridade. A Tabela 2 a seguir ilustra esta diferença de concentração em diversos grupos de ocupações entre homens e mulheres

Tabela 2- Distribuição relativa dos trabalhadores em grandes grupos de ocupação no trabalho principal por sexo (Brasil- 2010)

	Homens	Mulheres
Diretores e gerentes	4,22	3,49
Profissionais das ciências e intelectuais	6,91	13,84
Técnicos e profissionais de nível médio	6,81	5,85
Trabalhadores de apoio administrativo	4,39	10,44
Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados	13,16	21,42
Trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca	10,25	6,25
Trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e outros ofícios	17,70	2,73
Operadores de instalações e máquinas e montadores	10,70	4,54
Ocupações elementares	17,31	23,96
Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares	0,93	0,08
Ocupações mal definidas	7,63	7,40

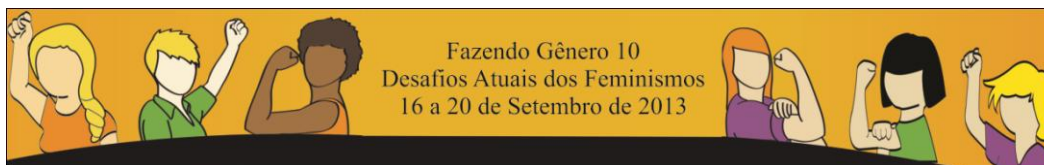
Fonte: Censo Demográfico do IBGE (2010). Elaboração própria.

Os maiores diferenciais encontrados na tabela são o alto peso relativo das mulheres nas categorias de *Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados* e *Profissionais das ciências e intelectuais* (ambas com quase o dobro do peso relativo da população masculina). Por outro lado os homens apresentam maior concentração nas categorias *Trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e outros ofícios* (diferença de 15% em relação às mulheres) e *Operadores de instalações e máquinas e montadores*. Em linhas gerais o grupo masculino se distribui mais igualmente entre todas as categorias que as mulheres. Esse quadro sugere uma permanência do quadro de segmentação feminina.

Ressaltamos particularmente o maior peso relativo dos homens (4,22%) na categoria *Diretores e gerentes* enquanto as mulheres alcançam 3,49%. Se pensarmos que trata-se de um contingente pequeno, a diferença de 0,7% é expressiva. Este é o segmento mais valorizado que possivelmente responde em parte os diferenciais encontrados nos gráficos anteriores.

Considerações Finais

As questões aqui abordadas consolidam uma reflexão ainda em andamento sobre as recentes mudanças observadas no mercado de trabalho brasileiro. Os resultados preliminares encontrados



apontam para um avanço na divisão sexual do trabalho no que tange a presença feminina no mundo público. Isso se reflete tanto nas distribuições de horas semanais trabalhadas (aumento do trabalho em tempo integral) quanto na variável *Posição na ocupação* (aumento da concentração feminina em categorias mais valorizadas). Em relação aos diferenciais salariais, no entanto, percebemos um avanço muito lento que pode refletir a permanência de um padrão ainda segmentado, no qual se configuram ocupações tipicamente femininas e masculinas.

Apesar de assistirmos aos avanços de uma reduzida parcela de mulheres, a ampla maioria das trabalhadoras continua refém de relações sociais que ainda pensam a família como principal instituição de cuidado. Nos referimos aqui não apenas aos trabalhos ligados aos filhos – vastamente analisados pela literatura – mas também aos cuidados relativos aos idosos (cada vez mais relevantes diante da tendência de envelhecimento da população brasileira) e de enfermos. Concretamente isso representa um trabalho que também não foi desenvolvido pelo próprio Estado brasileiro através de políticas públicas que desconstruam o tradicional binômio homem-provedor e mulher-cuidadora.

Referências

BRUSCHINI, Cristina. *Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos*. Seminário Internacional Gênero e Trabalho (MAGE/FCC), 2007.

DEDDECCA, Claudio et al. *Tempo, Trabalho e Gênero*. In COSTA et al. (orgs) *Reconfiguração das Relações de Gênero no Trabalho*. São Paulo: CUT Brasil, 2004.

GUEDES, Moema de Castro. *A inserção dos trabalhadores mais escolarizados no mercado de trabalho brasileiro: uma análise de gênero*. In *Trabalho, Educação e Saúde*. Vol 8, n.1, 2010.

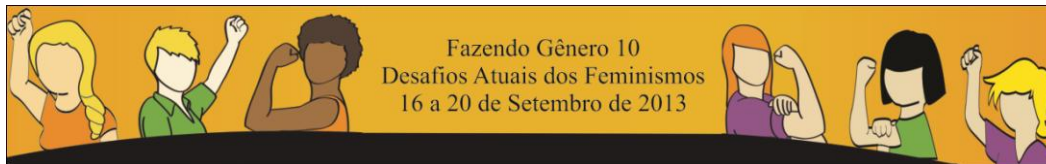
_____.; ALVES, J.E.D. *A população feminina no mercado de trabalho entre 1970 e 2000: particularidades do grupo com nível universitário*. In: Encontro Nacional da ABEP, 2004, Caxambu. Anais do XIV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2004.

HIRATA, Helena. *Emprego, responsabilidades familiares e obstáculos socio-culturais à igualdade de gênero na economia*. In *Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2010.

SOARES, S. & ISAKI, R. S. – A participação feminina no mercado de trabalho. *Seminários DIMAC*. Brasília: IPEA, nº127, 2002.

THERBORN, Göran. *Sexo e poder: a família no mundo (1900-2000)*. Trad. Elisabete Dória Bilac. São Paulo: Contexto, 2006.

Gender inequalities in labor market: changes in the last decade



Astract: The labor market has been historically characterized as a fundamental locus for gender analysis because it expresses the power relations which articulate and reinforce imbalances in other fields of social life. Despite been a changing scenary, the (still) distinct constraints between men and women highlights tensions of the classic duality between production and reproduction. In this sense, the present work intends to discuss some traditional concepts used in the gender and labor market literature to think about the new configurations that emerged in the last decade. To accomplish this, a systematic analysis of diverse indicators of men and women in the Brazilian labor market was structured, based on IBGE's 2010 Demographic Census. The draft charge allows delineated not only inequalities' chart between men and women, but about the dynamics of heterogeneity between women. Research findings shows continuity on the following patterns already consolidated. The segmentation of women employment has decreased and the access to higher wages still the most troubled, because the top of wages' pyramid continues to be predominantly masculine.

Keywords: Gender relations. Labor market. Inequalities.